

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 15414.621465/2022-28

2. Descrição da necessidade

A contratação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança é essencial para o Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, em razão da necessidade de prover segurança às instalações, bens e documentos pertencentes a este Escritório, além de proporcionar maior segurança ao corpo funcional da Susep.

Cabe esclarecer que, na data de elaboração deste documento, há um contrato vigente para o serviço em questão, porém, a empresa não manteve as condições iniciais de habilitação, motivo pelo qual faz-se necessária nova contratação do serviço.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal	Natália Gimenez Soares Martins

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação pretendida é para a prestação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico novo de segurança. O serviço deverá ser prestado de forma ininterrupta, 24 horas por dia.

4.2. A empresa contratada deverá fornecer e instalar equipamentos em regime de comodato de Sistema de Alarme, bem como prestar os serviços de monitoramento eletrônico por pessoal qualificado e habilitado para atendimento técnico em caso de ocorrências, disparos ou anormalidades verificadas, além dos serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas.

4.2.1. Os serviços decorrentes da manutenção corretiva do sistema de segurança, consiste no conserto de defeito ou falha, bem como em ajustes no funcionamento nos componentes do sistema e dos alarmes;

4.2.2. O serviço de manutenção corretiva deve considerar todo o material e mão de obra necessários para troca de peças e equipamentos, bem como para eventuais retiradas ou reposicionamento dos sensores de alarme;

4.3. Faz parte do escopo dos serviços a montagem, instalação, configuração e assistência técnica dos equipamentos, dispositivos, módulos, painéis, acessórios e estrutura (tubulação, cabeamento, adaptações elétricas, etc) necessárias ao perfeito funcionamento do sistema de vigilância eletrônica.

4.3.1. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos em forros, divisórias, paredes e piso, incluindo a reposição de gesso, pintura e outros acabamentos, utilizando para tal, material similar em qualidade e características técnicas existentes;

4.4. Compreende ainda o escopo da contratação, a desinstalação e retirada dos equipamentos, dispositivos, módulos, painéis e acessórios quando do encerramento do Contrato.

4.5. O serviço a ser contratado é de caráter contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme previsto na IN nº 05 /2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços prestados. Vale ressaltar que a duração inicial do contrato será de 12 meses, porém, a necessidade do serviço é por mais de um exercício financeiro e continuamente.

4.6. O serviço em questão enquadra-se na categoria de bens comuns de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4.7. Para a prestação dos serviços, deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos abaixo:

4.7.1. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.7.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.7.3. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.7.4. Devem ser usados produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.7.5. A contratada deverá, no que couber, fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.7.6. A empresa deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.8. Para fins de habilitação a empresa deverá estar devidamente registrada e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF. Será feita consulta “on-line” no SICAF, após a análise e julgamento da Proposta.

4.9. A empresa contratada deve estar registrada no CREA e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.

4.10. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, emitido por Órgãos da Administração Direta ou Indireta e/ou Empresa Privada, no qual comprove a execução de serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta contratação.

4.11. Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Susep.

5. Levantamento de Mercado

A partir de pesquisa a outras licitações para a contratação de serviços de segurança eletrônica, constatou-se a existência de dois modelos de atendimento das demandas:

A. Aquisição dos equipamentos de alarme.

A opção pela aquisição traria benefício para o patrimônio da Susep, porém, implicaria na realização de outra contratação para a manutenção dos equipamentos bem como para a prestação do serviço de monitoramento, uma vez que a falta de manutenção comprometeria a finalidade da aquisição.

B. Locação dos equipamentos

O fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, incluindo a manutenção preventiva e corretiva e o serviço de monitoramento transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela aquisição dos equipamentos, mas também todas as despesas decorrentes, como instalação, manutenção, além do monitoramento em si. Ademais, proporciona mais celeridade caso haja necessidade de manutenção dos equipamentos, uma vez que não será necessário novo procedimento de contratação.

Diante do exposto e, considerando que a solução B já é adotada pelo ERSDF, esta equipe entende que a contratação do serviço pretendida, por meio de locação dos equipamentos, mostra-se mais interessante que a aquisição desses, atendendo ao princípio da economicidade.

Vale ressaltar também que é uma solução já ofertada no mercado e rotineiramente contratada por outros Órgãos da Administração Pública, podendo ser licitada por meio de Pregão Eletrônico.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O sistema eletrônico de segurança a ser instalado no imóvel citado será composto de sistema de alarme novo com monitoramento 24 horas, estando inclusos os seguintes itens:

- a) 1 (uma) central inteligente com discagem embutida, permitindo a ligação para a central de monitoramento 24 horas, em caso de disparo de alarme, com bateria selada, para falta ocasional de energia;
- b) 1 (um) teclado para ativar e desativar o Sistema e que permita a utilização de, no mínimo, 15 senhas;
- c) 2 (dois) sensores de presença, distribuídos de forma a detectar a presença e/ou violação de qualquer ambiente do imóvel, através de portas ou janelas;
- d) 2 (duas) sirenes que disparam no momento em que qualquer dos sensores detectar a presença e/ou violação do Sistema;
- e) 1 (um) botão de pânico móvel;
- f) 1 (um) transmissor e;
- g) 1 (um) receptor.

6.2. Em linhas gerais, o monitoramento 24 horas por dia do sistema de alarme funcionará da seguinte forma:

6.2.1. Sempre que soar o alarme, o Sistema Eletrônico de Segurança deverá proceder à ligação para a Central da contratada informando o ocorrido. A Central da contratada deverá, imediatamente, entrar em contato telefônico com a Susep/DF. Caso não consiga o contato telefônico, a Central da Contratada deverá fazer contato telefônico com as pessoas descritas na Ficha de Monitoramento, que deverá ser preenchida quando da instalação do alarme;

6.2.2. Sendo necessário, a contratada deverá enviar viatura ao local, conduzida por pessoal treinado, para as averiguações. Caso seja detectada violação do imóvel ou presença de pessoas suspeitas, a autoridade policial deverá ser imediatamente comunicada;

6.2.2.1. A Contratada não poderá deixar o local monitorado enquanto não comunicar diretamente ao responsável da Contratante pelo local monitorado que a situação se encontra normalizada e este proceder à liberação.

6.2.3. Em caso de falha na linha Telefônica, a Central da contratada, por meio de testes identificará e informará o problema ao contratante. Neste caso, a solução deverá ser providenciada no prazo de 24 horas.

6.2.4. Caso seja diagnosticada alguma falha, defeito ou desconformidade com as especificações, a Contratada deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado pela Contratante.

6.3. Os custos de instalação dos equipamentos descritos no item 6.1. deverão ser incorporados nos custos mensais, na proporção de um doze avos ao mês.

6.4. A empresa contratada deverá prestar a manutenção necessária para o perfeito funcionamento do sistema, sem custos adicionais à contratante.

6.5. As despesas decorrentes de substituição de baterias e pilhas são de responsabilidade da empresa contratada.

6.6. Todos os equipamentos utilizados no projeto de segurança deverão ser novos e fornecidos a este órgão por meio de contrato de comodato ou locação, com os custos totais diluídos nas mensalidades.

6.7. A contratada encaminhará à contratante, em até 2 (dois) dias úteis do mês subsequente, mensalmente, relatório contendo todas as ocorrências e eventos gerados no período, informando, detalhadamente, o horário ativado/desativado e/ou violado, com identificação do usuário da senha utilizada.

6.8. A Contratada deverá promover demonstração das funcionalidades do sistema para as pessoas designadas pelo FISCAL, quanto à forma de acionamento do sistema de alarme e botão antipânico.

6.8.1. A Contratada deverá esclarecer, por escrito, o protocolo de atendimento quando do acionamento do alarme e do botão antipânico.

6.9. O horário de funcionamento do ERSDF é de segunda a sexta, das 7:00 às 20:00 horas. O serviço, porém, terá que funcionar de forma ininterrupta.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para ponderação das quantidades de equipamentos a serem alocados, utilizou-se como referência o sistema atualmente instalado nas dependência do ERSDF. Assim, para a contratação do serviço contínuo de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico novo de segurança, recomenda-se a solicitação de, no mínimo, os equipamentos descritos no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.096,12

Em consulta ao portal Banco de Preços, pesquisamos por pregões realizados no último ano, cujo objeto de contratação fosse semelhante ao que pretende-se contratar.

Conforme Relatório (doc. SEI 1417112), a pesquisa retornou diversos itens. Ao examinar detalhadamente os editais presentes nesse relatório, verificamos que o objeto, embora fosse relacionado ao serviço de segurança eletrônica, apresentava diferenças relevantes com o objeto deste ERSDF, como: contratação de outros estados do Brasil, o que acarreta em valores diferentes para compor o custo, principalmente de mão de obra e/ou previsão de instalação de câmeras de CFTV, requisitos não contemplados em nosso TR.

De todos esses pregões, dois previam, dentre outros itens, o fornecimento dos equipamentos por meio de comodato, assim como a prestação dos serviços de manutenção e monitoramento 24 horas. Sendo assim, entendemos por bem ajustar as propostas à realidade do ERSDF, considerando apenas os valores dos itens que estão contemplados em nossa especificação, conforme tabela abaixo:

Itens	Valor Mensal Proposta CRM	Itens	Valor Mensal Proposta BRB
Central Inteligente	R\$ 51,93	Central Inteligente	R\$ 544,50
Teclado para Ativação		Bateria	
Bateria		Transmissor	
Sensores de Presença	R\$ 4,48	Receptor	R\$ 72,60
Sirenes	R\$ 2,06	Teclado para Ativação	
Transmissor	R\$ 293,88	Sensores de Presença	
Receptor		Sirenes	R\$ 49,50
Instalação		Instalação	R\$ 715,00
Monitoramento	R\$ 328,00	Monitoramento	R\$ 1.431,10
Valor Total	R\$ 680,35	Valor Total	

Ademais, cabe lembrar que há uma contratação vigente no ERSDF para a prestação dos serviços de segurança eletrônica. Porém, a empresa que presta os serviços atualmente encontra-se com problemas de habilitação, motivo pelo qual o contrato não poderá ser prorrogado após o fim de sua vigência. Desta forma, entendemos que o valor pago atualmente pode ser considerado para cálculo do valor médio estimado.

Segue abaixo tabela com resumo dos valores:

Proposta	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
Conselho Regional de Medicina (CRM/DF) - MS Segurança Eletrônica Ltda	R\$ 680,35	R\$ 8.164,20
Banco de Brasília (BRB) - New Line Tecnologia em Segurança Ltda	R\$ 1.431,10	R\$ 17.173,20

Susep - Digital Segurança Eletrônica Ltda	R\$ 412,58	R\$ 4.950,96
Valor mensal médio estimado		R\$ 841,34
Valor global médio estimado		R\$ 10.096,12

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, §1º, da Lei 8.666/93 prevê que "As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala".

Embora o parcelamento da solução seja a regra, consta do Manual Online de Riscos e Controles do TCU (<http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm>), no item 3 do tópico "Justificativas para o parcelamento ou não da solução":

"(...) A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando as respostas a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução?*
- 2) É economicamente viável dividir a solução?*
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?*
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?"*

No mesmo sentido, Antônio Carlos Cintra do Amaral, na obra Licitação e Contrato Administrativo – Estudos, Pareceres e Comentários (Belo Horizonte, Editora Fórum, 2006. Pp. 89/91), ensina o seguinte:

"De acordo com o § 1º do art. 23 da Lei 8.666/93, a Administração deve efetuar a partição de obras, serviços e compras, desde que seja ela técnica e economicamente viável. Essa viabilidade técnica e econômica deve resultar de um juízo sobre a vantagem ou desvantagem de contratar partes, em vez de contratar o todo. Em regra, a partição de compras é mais vantajosa.

Mas no que se refere a obras e serviços, deve ser analisado cada caso, com o maior cuidado. A decisão de efetuar a partição deve visar ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, mas sem que isso importe em perda da economia de escala (ou, em certos casos, sem que fique prejudicado o enfoque sistêmico do objeto a contratar).

Se a Administração demonstrar, inquestionavelmente, que a partição de uma obra, serviço ou compra conduzirá a uma contratação mais vantajosa, deverá efetuar a partição. Caso contrário, não poderá fazê-lo. Obviamente, se a partição for impossível não haverá sequer como cogitá-la."

No caso em estudo, entende-se pela inviabilidade do parcelamento da solução, pois todos os equipamentos fazem parte de um único sistema de vigilância eletrônica e devem ser integrados na instalação. A contratação de mais de uma empresa poderia comprometer a integridade da solução, a celeridade da execução dos serviços e, ainda, o gerenciamento de mais de um contrato aumentaria os custos administrativos e diminuiria a eficiência do serviço público prestado. Além disso, haveria o risco de perda

de escala e o risco de licitação deserta quanto a algum item, caso este não fosse considerado individualmente vantajoso para os licitantes.

Deste modo, entende-se que a solução não deverá ser parcelada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Dentro do Plano Estratégico da Susep para o período de 2020 a 2023, a Susep atualizou a sua cadeia de valor, destacando como uma das 4 temáticas de primeiro nível a "Gestão e Suporte", a qual, estruturalmente e graficamente, embasa e serve de fundação para as outras 3 temáticas complementares: Regulação dos Mercados Supervisionados, Supervisão dos Mercados e Relacionamento Institucional. Dentro do segundo nível (macroprocessos) denominado "Administração e Logística Integrada", encontramos os seguintes processos geradores de valor estratégico para Susep:

- Administrar suprimentos, serviços e materiais;
- Administrar instalações, bens móveis e imóveis e;
- Contratar bens e serviços.

Diante do exposto, conclui-se que a realização de uma contratação que atenda à necessidade acima descrita está alinhada ao Plano Estratégico da Susep em vigor e diretamente relacionada a 3 processos geradores de valor estratégico para a Autarquia.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prover segurança ao patrimônio e corpo funcional da Susep.

13. Providências a serem Adotadas

Na prestação dos serviços a serem contratados, deverá ser observado o seguinte cronograma:

1. Solicitar a retirada dos equipamentos que se encontram no Escritório pela empresa que atualmente presta os serviços.
2. Agendar a instalação dos novos equipamentos pela nova contratada.
3. Verificar se o equipamento disponibilizado atende às especificações estabelecidas no Termo de Referência.
4. Cadastrar todos os usuários, por meio de senha individual, prestando todas as informações sobre o funcionamento da central.
5. Preenchimento da Ficha de Monitoramento com os dados dos servidores que deverão ser contatados nos casos em que o alarme for disparado e/ou não acionamento do alarme.

Os responsáveis pelos ajustes nesse cronograma serão os gestores do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais significativos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado e os riscos envolvidos, esta equipe entende que é uma contratação viável, nos moldes descritos anteriormente.

16. Responsáveis

NATALIA GIMENEZ SOARES MARTINS

Analista Técnico

DANIEL LIMA CARVALHO

Analista Técnico